

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.805 - SP (2014/0271464-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE : MARCELO SUPPLY CARDOSO ROLIM - ESPÓLIO**  
**REPR. POR : SYLVIO CARDOSO ROLIM NETO - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO : APARICIO DIAS E OUTRO(S) - SP033067**  
**RECORRIDO : PAULO CORRÊA DE ARAÚJO**  
**ADVOGADO : ROBERTO CARDONE E OUTRO(S) - SP196924**  
**INTERES. : METAS ENGENHARIA CONSTRUÇÃO LTDA**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MARCELO SUPPLY CARDOSO ROLIM - ESPÓLIO, representado por SYLVIO CARDOSO ROLIM NETO - INVENTARIANTE -, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, no intuito de reformar acórdão (fls. 362/377, e-STJ) proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

EMBARGOS DE TERCEIRO. AÇÃO DE COBRANÇA EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO.

Desconsideração da personalidade jurídica da empresa devedora com inclusão do embargante no polo passivo da demanda sem citação prévia. Apresentação dos embargos que supre eventual nulidade. Interesse processual do embargado configurado, máxime ante o bloqueio de ativos financeiros. Sentença de encerramento da falência da executada transitada em julgado. Ação de responsabilização dos sócios da empresa falida que prescreve em dois (02) anos, contados do trânsito em julgado da sentença de encerramento da falência, nos termos do disposto no art. 82 da Lei nº 11.101/05. Sócio que deve responder pelos atos praticados pela sociedade devedora apenas pelo prazo de dois anos. Dicção dos arts. 1.003 e 1.046, ambos do Código Civil. Ilegitimidade de parte do embargante que não pode ser afastada. Recurso provido.

Opostos embargos de declaração (fls. 380/390, e-STJ), estes foram rejeitados (fls. 393/398, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 401/413, e-STJ), o recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos seguintes dispositivos de lei federal: **a)** artigos 1.003, 1.032, 1.057, parágrafo único, todos do Código Civil defendendo, em síntese, que a desconsideração da personalidade jurídica não se sujeita a qualquer prazo extintivo, prescricional ou decadencial; **b)** artigo 50, do Código Civil de 2002, argüindo que houve abuso da personalidade jurídica, no caso em questão, podendo esta ser desconsiderada para alcançar os bens particulares dos administradores, **c)** artigo 28, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor, suscitando que, no caso em tela, aplica-se o Código supracitado visto que a desconsideração da personalidade jurídica se revelou obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

Contrarrazões (fls. 638/643, e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade, admitiu-se o processamento do recurso especial (fls. 645/646 e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo **merece** prosperar.

1. Consoante se lê das razões de decidir expostas no julgamento do recurso de apelação, assim se manifestou a Corte de origem (fls. 374/375, e-STJ):

Conquanto assim seja, de se observar que o art. 1.003 do Código Civil determina que: "*Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio*".

E, ainda, o art. 1.032 preleciona que: "*A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a (seus herdeiros, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade; nem nos dois primeiros casos, pelas posteriores e em igual prazo, enquanto não se requerer a averbação*".

A responsabilidade dos sócios retirantes pelas obrigações sociais anteriores perdura por dois (02) anos após a averbação da alteração do contrato social no órgão competente.

Já no caso em estudo, os elementos contidos nos autos demonstram que o apelante averbou a sua retirada da sociedade executada no órgão competente em 21 de março de 2003 (fls. 32) e a sua inclusão no polo passivo da ação de cobrança em fase de cumprimento de sentença foi requerida, tão só, em 05 de fevereiro de 2009 (fls. 57/58).

Desta feita, de rigor concluir que o apelante não possui legitimidade para figurar no polo passivo da demanda em fase de cumprimento de sentença.

O acórdão estadual está em dissonância com a orientação firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "*os arts. 1.003 e 1.032 do CC/2002 não são aplicáveis aos casos de desconsideração da personalidade jurídica que tenham por fundamento abuso de direito efetivado quando a parte ainda integrava o quadro societário da pessoa jurídica alvo da execução*" (**AgInt no AREsp 1554017/SP**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/02/2020, DJe 20/02/2020).

No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. 1. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SÓCIO MINORITÁRIO. INDIFERENÇA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 2. EX-SÓCIO. INAPLICÁVEIS AS REGRAS DOS ARTS. 1.003 E 1.032 DO CC. SÚMULA 83/STJ. 3. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, não há distinção entre os sócios da sociedade empresária no que diz respeito à *disregard doctrine*, de forma que todos eles serão alcançados. Assim, tendo o acórdão *a quo* asseverado estarem preenchidos os requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica, torna-se inviável infirmar tais conclusões sem que se esbarre no óbice da Súmula 7/STJ.

2. Não se aplicam os arts. 1.003 e 1.032 do CC para os casos de desconsideração da personalidade jurídica, a qual tem como fundamento o abuso de direito efetivado quando a parte ainda integrava o quadro societário da pessoa jurídica alvo da execução.

Acórdão recorrido em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior, atraindo a incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1347243/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 18/03/2019, DJe 22/03/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO.

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIDADE DE EX-SÓCIOS.

1. A jurisprudência desta Corte orienta que a responsabilidade dos sócios alcançados pela desconsideração da personalidade jurídica da sociedade não se limita ao capital integralizado, sob pena de frustrar a satisfação do credor lesado pelo desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

**2. "Descabe, por ampliação ou analogia, sem qualquer previsão legal, trazer para a desconsideração da personalidade jurídica os prazos prescricionais previstos para os casos de retirada de sócio da sociedade (arts. 1003, 1.032 e 1.057 do Código Civil), uma vez que institutos diversos" (REsp 1.312.591/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 1.7.2013).**

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 866.305/MA, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)

**2.** Ante o exposto, com amparo no art. 932 do NCPC e na Súmula 568 do STJ, dou provimento ao reclamo para restabelecer a sentença de fls. 228/229 (e-STJ).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator